

## 3. CONSIDERAÇÕES DE FIM

# CARACTERIZAÇÃO DO SETOR INFORMAL DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA: O COMÉRCIO AMBULANTE

Antonio Paulo Cargini<sup>1</sup>

Glaucio José Marafon<sup>2</sup>

### 1 - INTRODUÇÃO

As deficiências do processo de urbanização dos países subdesenvolvidos, têm gerado em sua sociedade, inúmeros problemas em relação ao emprego. Como resultado desses problemas temos o desenvolvimento do setor informal da economia que, com o seu crescimento, gera conseqüências preocupantes como o subemprego, manifestado nos centros urbanos na forma do Comércio Ambulante.

Localizado no centro geográfico do Estado do Rio Grande do Sul (Figura 1), Santa Maria apresenta um expressivo desenvolvimento urbano e, como conseqüência dos problemas e deficiências embutidos em sua evolução, surge o Comércio Ambulante, que intensifica-se com o decorrer dos anos, tornando-se um importante caminho trilhado por trabalhadores da cidade.

Devido as dimensões assumidas pelo problema e com o objetivo principal de analisar a atuação desta atividade informal em Santa Maria, verificando a sua inserção na produção do espaço urbano local e relacionando-a com o papel que esta desempenha junto aos circuitos da economia (SANTOS, 1979), foi desenvolvido este estudo.

<sup>1</sup> Bacharel em Geografia

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Geociências - UFSM - Santa Maria

FIGURA 1

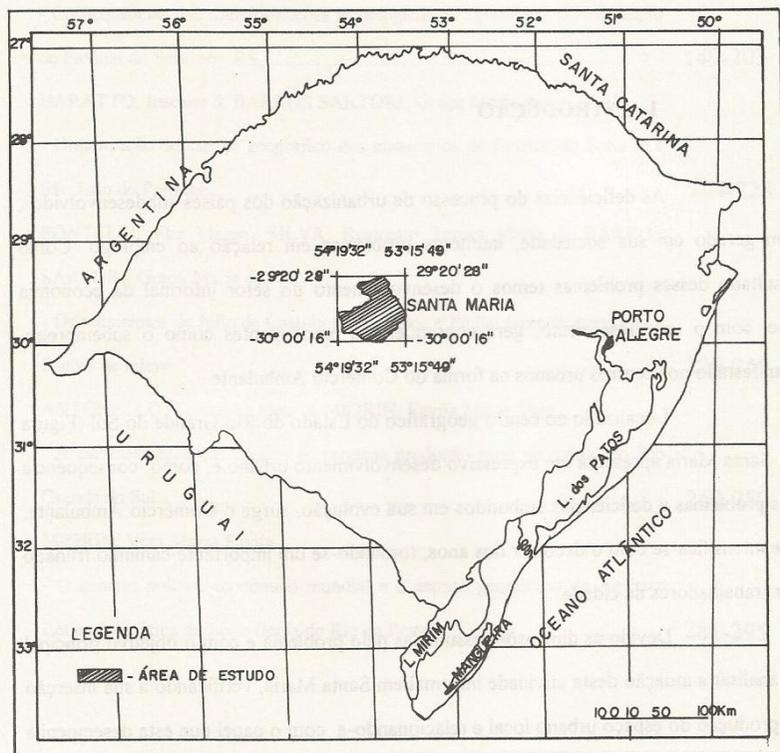


FIG. 1 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

## 2 - CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

A organização dos países de Terceiro Mundo é vista com características específicas para cada local, entretanto, o espaço sempre deve ser considerado em sua totalidade. O que diferencia um espaço do outro são as influências que os mesmos sofrem na continuidade de sua evolução histórica, (SANTOS, 1979:15).

Ao condicionar o espaço dos países subdesenvolvidos a estas regras a interferência exercida pelos países desenvolvidos torna-se causa de uma série de disparidades, pois os fatores que atuam nos países desenvolvidos não interferem tanto no meio social como ocorre nos subdesenvolvidos

Há, portanto, a necessidade de se analisar o espaço utilizando teorias que se adaptem as condições dos países subdesenvolvidos considerando seus aspectos distintos, mas que, ao mesmo tempo, não sacrifique o meio social e econômico. Neste sentido entre as poucas opções existentes está a Teoria dos Circuitos (SANTOS, 1979), que é vista por SOUZA (1988:45), como a "...última (talvez a única) contribuição teórica para o entendimento da urbanização nos países dependentes". Esta teoria questiona a validade ou não da aplicação das demais teorias e nos permite uma nova visão das aglomerações urbanas, considerando as disparidades entre elas, que geram uma "... seletividade do espaço ao nível econômico, assim como social", (SANTOS, 1979:15).

O espaço manifesta duas conseqüências diferentes, uma quanto à produção e outra ao consumo. A produção organiza-se espacialmente de forma diferenciada conforme sua modernização, já o consumo é dirigido pela seletividade social, (SANTOS, 1979:15). A modernização assume papel importante na geração de dois circuitos, sendo considerada por SANTOS (1973:29), como a origem dos mesmos:

*"Um dos dois circuitos é resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles; o outro é igualmente um resultado da*

*tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles; o outro é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige não aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes das atividades a elas ligadas".*

Assim, o circuito superior com seu controle sobre as tecnologias tornam o circuito inferior dependente e incapaz de guiar-se por si próprio, tendo que, na maioria dos casos, restringir-se às atividades pelas quais o circuito superior se desinteressa. Como resultado desse contexto, ocorre, de modo geral, um afinilamento da população em direção aos setores secundários e, em um segundo momento, terciários.

A chamada aceleração da terciarização da economia é, deste modo, considerada como forma clara e que ilustra a ampliação do circuito inferior, pois a expansão industrial nos países subdesenvolvidos gera um setor terciário debilitado e arcaico que tende a perifêrizar cada vez mais a cidade, (LIPIETZ, 1986:24).

Na prática, atribui-se ao setor terciário uma grande heterogeneidade, pois nele estão incluídas as atividades que estão diretamente relacionadas aos processos de produção e circulação de mercadorias, ou indiretamente ligadas a este setor mas que beneficiam o meio social. Assim, inserem-se, além das atividades do circuito inferior arcaico e moderno, as ligadas a um alto nível de capital e tecnologia.

Nesta esfera é que se coloca o conceito de **formalidade** e **não formalidade**, bem como do **arcaico** e do **moderno**. Estas diferenciações refletem dois pólos de desenvolvimento dentro do próprio circuito inferior, dando ao setor terciário características internas distintas para os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Estas características colocam os setores tradicionais e modernos como consequência de dois focos de atividades terciárias, onde o **moderno** está ligado ao desenvolvimento do capitalismo e o denominado **arcaico** relaciona-se a focos de sobrevivência de atividades que se mantêm, mesmo com o crescimento da acumulação de capital.

Já na **informalidade** e na **formalidade** refletem as características de organização das unidades econômicas dos países, implicando na maneira como é conduzida a economia dos mesmos. Segundo a FEE (1978:10)

*"As atividades formais seriam aquelas exercidas pelas empresas registradas que se organizam e atuam segundo o aparato legal vigente, enquanto as 'informais' seriam as exercidas por agentes econômicos não organizados".*

Em relação ao conceito de setor informal, embora se tenha na realidade uma noção clara do funcionamento do mesmo, por não existir uma dimensão específica com limites definidos, este varia conforme as diferentes abordagens e interpretações a serem seguidas. Ao se referir a esse setor CACCIAMALI (1983:28), considera a produção informal como sendo:

*"...o conjunto de formas de organização da produção que não se baseia, para seu funcionamento no trabalho assalariado. Ela ocupa os espaços econômicos, os interstícios, não ocupados pelas formas de organização capitalista..."*

Nessa abordagem, a classe informal é vista de forma subordinada ao sistema econômico capitalista, como parte do circuito inferior marginalizado, e seu desenvolvimento fundamenta-se em aproveitar deficiências do circuito superior e ocupar espaços que não interessam ao corpo produtivo.

Com o crescente inchamento das cidades e a conseqüente busca de espaços pelos excedentes populacionais, que não encontram condições de competitividade no mercado de trabalho legal, o subemprego desenvolve-se crescentemente e o setor informal torna-se o caminho evidente por onde fluem estes trabalhadores, sendo a principal causa do significativo aumento do Comércio Ambulante, (SANTOS, 1989:05).

Com base neste fato pôde-se constatar que o Comércio Ambulante como parte da informalidade é um dos principais caminhos de acesso ao trabalho para as populações marginais. Há, portanto, a necessidade de se conciliar o desenvolvimento urbano com os problemas ligados à economia informal, com é o caso desta forma de subemprego.

## 3 - CARACTERIZAÇÃO DO COMÉRCIO AMBULANTE EM SANTA MARIA

### 3.1 - Origem da Atividade e da População Ambulante em Santa Maria

Devido ao grande número de fluxos que movimenta, pela sua posição privilegiada e por abrigar grande número de população flutuante, Santa Maria acumula uma função de Centro Regional. Esta condição permite à cidade servir aos municípios, dispostos em um raio próximo, em bens e serviços, setores que movimentam grandes contingentes populacionais, mas que na cidade não se originam do desenvolvimento da indústria como ocorre na maior parte dos casos no país. Dentre os tipos de bens e serviços, que Santa Maria proporciona para a região estão a função educacional, comercial, de saúde e comunicações, (DIAS, et al., 1989).

Com o comércio e os serviços destacando-se economicamente, um grande número de aplicadores voltaram-se à este mercado, aproveitando-se das vantagens oferecidas que proporcionavam rápidas respostas financeiras e uma igual resposta na estruturação sócio-econômica da cidade, provocando o crescimento do setor terciário do Município. O desenvolvimento do terciário Santamariense é, portanto, resultado do rápido crescimento gerado pela concentração de capital, calcado sob as bases do comércio e de outros serviços que a cidade concentra, o que passou a destinar um número cada vez maior de pessoas trabalhando no setor.

Com a crescente urbanização de Santa Maria emergem vários problemas e aproveitando-se das facilidades encontradas pelas atividades comerciais é que surge, na cidade, a forma informal conhecida como Comércio Ambulante. Na busca de uma alternativa autônoma com pouco uso de capital, este tipo de atividade afirmou-se rapidamente auxiliada pelas vantagens que a mesma oferece, uma vez que, o trabalhador autônomo possui seus instrumentos de trabalho ou estoque de mercadorias para a realização de seu trabalho, podendo ser auxiliado por familiares ou ajudantes, (CACCIAMALI, 1983:65).

De acordo com os dados coletados, dos 36 ambulantes entrevistados, em cerca de 42,22% dos casos o desenvolvimento do Comércio Ambulante está ligado à autonomia da atividade, sendo que apenas 17,78% relacionam a mesma com a falta de ofertas de emprego. Ainda, 2,22% atuam na atividade por não possuírem outra formação profissional e 4,44% acham que os empregos oferecidos para o seu nível cultural são de baixa remuneração. Deve-se ressaltar ainda que 22,22% dos entrevistados do Município sempre atuaram no setor, número que pode, em certos casos, ser acrescentado aos que buscam maior autonomia, já que alguns revelaram este motivo como causa da escolha da atividade por seus antepassados.

É interessante observar que o Comércio Ambulante no Município não aparenta, como na maioria dos estados brasileiros, estar ligado a um processo de industrialização, ao seu conseqüente êxodo rural e nem a qualquer uma destas formas isoladas. Conforme a população entrevistada, apenas 5,00% do total de entrevistados já exerceram o trabalho agrícola e 10,00% trabalharam como feirantes, porém sem vínculos com o trabalho agrícola. Todos os demais ambulantes, com exceção de 25,00% que sempre atuaram no setor, têm suas origens ligadas a atividades terciárias ou secundárias que acabaram por terciarizar-se (comerciários, construção civil, bancários, auxiliares de escritório, artesãos e funcionários de indústrias de pequeno porte).

O fato da atividade possuir mais de 70,00% da população ambulante ligada, anteriormente, a atividades terciárias e apenas 5,00% à agricultura, comprova que mesmo os trabalhadores oriundos das demais regiões do Estado Gaúcho, bem como do

resto do país, tinham vínculos às atividades terciárias em seus estados. Outro dado relevante neste sentido é que cerca de 28,00% da população ambulante origina-se das atividades terciárias de Santa Maria, principalmente, das comerciais e 11,20% vieram de Porto Alegre, especificamente, para trabalhar no setor.

### 3.2 - Local e Tempo de Moradia

A distribuição da população envolvida com o Comércio Ambulante, pelos bairros da cidade de Santa Maria, respeita as mesmas características que regem a estruturação das cidades brasileiras (distribuição pelas periferias em vilas com pouca infra-estrutura), incorporando alguns fatores locais ligados a origem e ao nível de desenvolvimento da atividade. O fato do Comércio Ambulante possuir vínculos com o processo de terciarização relacionado com a acumulação do capital, através dos bens e serviços, e não tanto com o êxodo rural e a industrialização, manifesta-se na distribuição dos ambulantes pelos bairros da cidade.

Verifica-se, de imediato, a presença de grande percentagem de população junto ao bairro central da cidade, cerca de 19,44% dos ambulantes entrevistados moram neste bairro e, pelo menos outros 8,34%, em bairros considerados de bom nível de moradia. Isto, além de se manifestar como reflexo do grande número de pessoas de Santa Maria que, na busca de melhores oportunidades, optaram pela atividade é resultado do sucesso da atividade e da importância da mesma na economia local.

O restante da população distribui-se pelas áreas periféricas, por bairros de modo geral de classe baixa, sendo que 30,56% destes moram em centros habitacionais (COHABs - Santa Marta e Tancredo Neves) e os demais distribuem-se pelas vilas da cidade. Entretanto, estes bairros mesmo sendo modestos, possuem condições de infra-estrutura urbana mínima e o desempenho da atividade garante a permanência da população nestas vilas.

Constatou-se que dos 36 ambulantes entrevistados, todos residem em Santa Maria, distribuídos pelos seguintes bairros e vilas: Centro (19,44%), COHAB -

Tancredo Neves (16,67%), COHAB - Santa Marta (13,89%), Vila Urlândia (5,56%), Vila Kenedy (5,56%), Bairro São José (5,56%), Chácara das Flores (2,78%), Passo da Areia (2,78%), Salgado Filho (2,78%), Vila São João (2,78%), Perpétuo Socorro (2,78%), Noal (2,78%), Vila São Martins (2,78%), Vila Nossa Senhora de Fátima (2,78%), Vila Nossa Senhora de Lourdes (2,78%), Vila São João Batista (2,78%), Vila Lorenzi (2,78%) e Bairro Nossa Senhora das Dores (2,70%).

Verificou-se, que os habitantes das vilas periféricas são quase sempre oriundos de fora do Município de Santa Maria, tanto do restante do Sul quanto de outros estados. Os que habitam a área central e os bairros mais abastados são em geral pessoas nascidas na própria cidade, que encontraram neste ramo de atividade uma fonte de remuneração maior das oferecidas pelos empregos tradicionais da cidade.

Quanto ao tempo de moradia desta população, predominam os que mudaram-se para Santa Maria nos últimos 15 a 20 anos (16,67% do total de ambulantes), seguidos dos que aqui residem desde um período de 2 a 5 anos (13,89% do total de ambulantes).

É importante observar que boa parcela dos ambulantes, vindos de fora da cidade, já atuam na mesma a um bom tempo, em alguns casos passando por várias outras atividades. Aproximadamente 27,78% dos ambulantes atuam na cidade em um período que compreende os 10 a 20 últimos anos, ou seja, um grande número de ambulantes começou a atuar neste tipo de atividade informal local após o início da década de 70 e/ou 80, período em que segundo os mesmos, as facilidades para desenvolver suas atividades eram maiores, pois a crise econômica não os atingia como atualmente.

### 3.3 - Distribuição da População Envolvida com o Comércio Ambulante por Sexo e Idade

No que se refere à idade da população envolvida com o Comércio Ambulante na Cidade de Santa Maria, observou-se que, a maior parte da mesma, é constituída por uma população já adulta. Do total dos entrevistados 53,33%, estão em

uma faixa etária que compreende de 25 a 45 anos, encontrando-se com excelente potencial para o desempenho das atividades. Deve-se salientar a presença de um bom número de ambulantes jovens, entre 15 e 25 anos (22,22%), que desempenham a atividade. Entretanto, o número de donos de banca com idade inferior a 20 anos é bastante reduzido e, os que ocupam-se no setor, nesta faixa etária, geralmente são empregados ou filhos dos donos de banca que iniciam-se na atividade, vindo mais tarde, em alguns casos, a assumir a condição de proprietário.

A presença de idosos atuando no setor é pouco representativa, sendo que não existem trabalhadores com idades superiores a 65 anos. Os representantes desta categoria, incluem-se na faixa etária compreendida entre 55 e 65 anos, apresentando a mesma apenas 2 ambulantes dos 36 entrevistados e, somente um destes sempre trabalhou como ambulante.

Considerando-se a distribuição dos ambulantes por sexo, verificou-se que 77,78% do total dos entrevistados pertencem ao sexo masculino e apenas 22,22% pertencem ao sexo feminino. No que diz respeito ao tipo de atividades desempenhadas por cada sexo, constatou-se que apesar do preconceito da sociedade gaúcha, não existem diferenças quanto ao tipo de produtos comercializados. Entretanto, as diferenças no número de mulheres presente no setor foi atribuída pelos ambulantes ao preconceito existente na sua própria família, uma vez que estas têm que cuidar dos afazeres domésticos, de seus filhos e, em alguns casos, ainda dedicar algum tempo, durante o dia, à atividade. Deste modo, nos casos de desempenho conjunto da atividade, o marido sempre está presente por mais tempo no local de trabalho, pois dedicam tempo exclusivo a esta atividade ou a outra não familiar.

### 3.4 - Grau de Instrução da População Entrevistada

Segundo as informações obtidas, apenas 19,44% dos camelôs em Santa Maria são analfabetos ou semi-analfabetos e, mesmo assim, encontram facilidades para o desempenho da atividade, pois os mesmos adquiriram conhecimentos empíricos, quando

ainda crianças. É importante assinalar também, que 42,86% do total de analfabetos são do sexo feminino, representando um índice de 37,50% dentre as mulheres envolvidas no setor. Isto se deve, entre outros fatores, ao pequeno tempo disponível que as mulheres dispõem, uma vez que, desde sua infância, as mesmas têm, tradicionalmente, que se dedicar aos serviços domésticos, o que lhes reduz as oportunidades de alfabetização.

Outro fator importante a ser analisado quanto ao grau de instrução dos ambulantes, é que grande parcela desta população, ou seja, 27,78% dos entrevistados possuem segundo grau completo, número que se torna ainda mais significativo se somado com os que ainda não concluíram o segundo grau (11,11%). Ao contrário dos analfabetos, estas pessoas correspondem aos que atuam no setor não somente pela falta de empregos mas, principalmente, pela atividade ser uma forma autônoma e melhor remunerada que os empregos encontrados no mercado a nível de segundo grau.

O restante da população ambulante distribui-se homogeneamente pelos demais níveis de escolaridade, sendo que 19,44% possuem o primeiro grau incompleto, 22,22% primeiro grau completo e 11,11% possui segundo grau incompleto.

Quanto aos horários de comercialização de produtos, cerca de 58,30% dos entrevistados trabalham de 10 a 12 horas diárias, 36,10% de 8 a 10 horas e 5,60% trabalham menos de 8 horas por dia.

## 3.5 -Estrutura do Comércio Ambulante no Município de Santa Maria

### 3.5.1 - Força de Trabalho Utilizada e Horário Ocupado com a Atividade

O Comércio Ambulante no centro urbano de Santa Maria (Figura 2), por ser uma atividade de simples desenvolvimento e que não movimentam grandes somas de capital, tem presença de força de trabalho familiar significativa, como também ocorre em grande parte das atividades do circuito inferior tradicional, (SANTOS,1979:172). Esta razão leva a atividade a ser ocupada com um número de familiares que chega a 76,92% do total de trabalhadores.

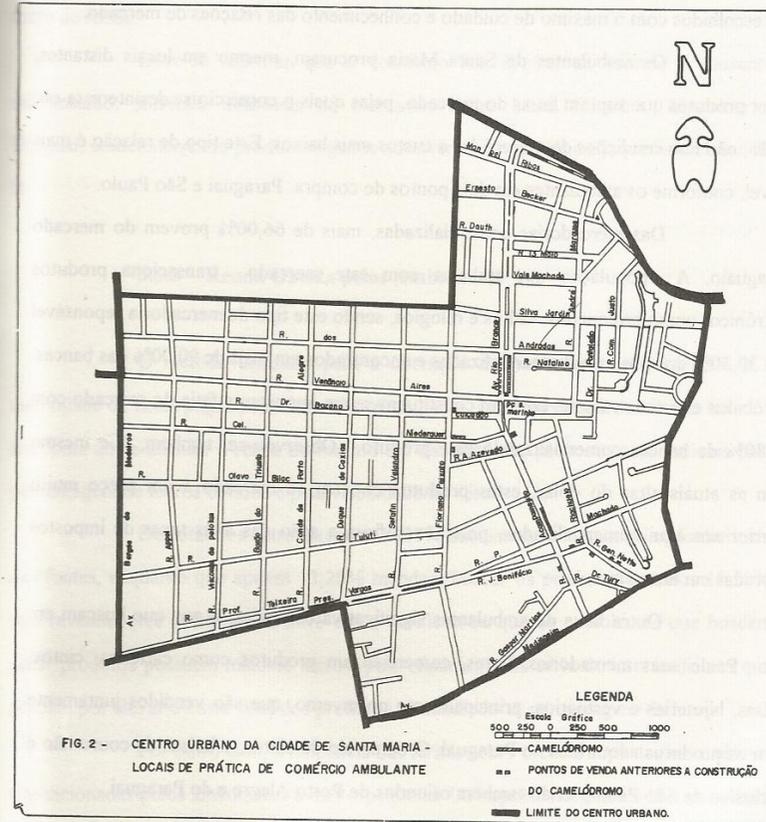
Embora o comércio praticado seja, predominantemente, familiar (76,92% dos trabalhadores), existe uma boa parcela de empregados (20,51% dos trabalhadores), que tem aumentado com o decorrer dos anos. Isto revela uma tendência para a fixação da atividade como prática comercial regular, o que só não ocorre devido aos obstáculos impostos pela Prefeitura e Estado, que diminuem de forma significativa os lucros alcançados com a prática e pelas dificuldades da atividade na competição capitalista.

Os empregados do setor constituem-se de menores e desempregados que não possuem outra alternativa de trabalho. A forma de pagamento dos mesmos é quase sempre em percentagem sobre os lucros obtidos, o que dificulta para os empregados um controle sobre os seus honorários. Além disso, os ambulantes não possuem nenhum vínculo empregatício legal, gerando dentro do próprio subemprego uma faixa de população explorada pelos também subempregados, donos de banca. Esta população marginalizada, trabalha no setor com objetivo de acumular recursos para iniciar-se na atividade tendo que, para isso, comprar um ponto e mercadoria suficiente para a comercialização.

Quanto aos horários de comercialização de produtos, cerca de 58,30% dos entrevistados trabalham de 10 a 12 horas diárias, 36,10% de 8 a 10 horas e 5,60% trabalham menos de 8 horas por dia.

Segundo os ambulantes, quanto maiores os horários ocupados com a atividade, maiores lucros são obtidos. No entanto, isto tem gerado contestações por parte dos lojistas de Santa Maria, que encaram esta liberdade de horários como forma desleal de concorrência com suas atividades. Visando sanar este tipo de divergências, os ambulantes, através de sua associação, ACASM (Associação do Comércio Ambulante de Santa Maria), têm procurado controlar os horários de trabalho, buscando reduzi-los aos horários comerciais, ato que, embora tenha surtido algum efeito, não resolveu por completo o problema.

FIGURA 2



### 3.5.2 - Origem e Tipo de Mercadoria Comercializada

Por ser uma consequência do processo de terciarização local e por manifestar-se como uma alternativa para o problema do emprego, o Comércio Ambulante em Santa Maria, busca obter um elevado número de vantagens sobre as mercadorias que comercializa. Para isso, tanto o tipo quanto a origem da mercadoria, são escolhidos com o máximo de cuidado e conhecimento das relações de mercado.

Os ambulantes de Santa Maria procuram, mesmo em locais distantes, obter produtos que supram fatias do mercado, pelas quais o comércio se desinteressa ou, então, não tem condições de oferecê-las a custos mais baixos. Este tipo de relação é mais viável, conforme os ambulantes em dois pontos de compra: Paraguai e São Paulo.

Das mercadorias comercializadas, mais de 66,00% provém do mercado paraguaio. A população que trabalha com este mercado transaciona produtos eletrônicos como brinquedos, rádios e relógios, sendo este tipo de mercadoria reponsável por 30,30% dos produtos comercializados e encontrados em mais de 90,00% das bancas. Os óculos e as fitas cassete, também constituem-se em importante fatia do mercado com 35,80% de bancas comercializando este produto. Observou-se, também, que mesmo com as atuais altas do dólar, estes produtos chegam ao mercado a um preço muito inferior aos aqui comercializados, pois não sofrem a ação das altas taxas de impostos cobradas em nosso país.

Outra faixa de ambulantes significativa corresponde aos que buscam em São Paulo suas mercadorias. Estes, comercializam produtos como carteiras, cintos, bolsas, bijuterias e vestuários, principalmente no inverno, que são vendidos juntamente com os produtos adquiridos no Paraguai. O comércio de cintos e bolsas de couro não é exclusivo de São Paulo, sendo também oriundos de Porto Alegre e do Paraguai.

Os ambulantes que utilizam Porto Alegre e Rio Grande como fonte de produtos buscam, acima de tudo, a reposição da mercadoria eliminando os custos de uma viagem mais longa em períodos desfavoráveis. A capital gaúcha mesmo não sendo a mais viável em termos econômicos e de produtos é utilizada, principalmente, pelos

ambulantes que possuem menos capital disponível e dependem da venda de 80,00% da mercadoria para a aquisição de produtos em outros estados.

Com relação aos ambulantes que buscam suas mercadorias em estados como Ceará, Bahia e Minas Gerais, comprovou-se que os mesmos ocupam uma faixa de mercado bastante diferenciada das demais, comercializando produtos artesanais e bijuterias (brincos, colares, pulseiras, pingentes, etc.), que se constituem em uma boa fonte de renda.

Deve-se salientar que o comércio nas épocas de inverno é bastante diferenciado, sofrendo influência de mercados como Santa Catarina, Argentina e Uruguai, comercializando produtos ligados ao inverno como: luvas, jaquetas e blusas de lã.

### 3.5.3 - Renda Obtida pelos Ambulantes

O método utilizado para a obtenção da mercadoria, sua origem e a quantidade de taxas pagas pelo Comércio Ambulante, são fatores que devem ser levados em conta ao se analisar a renda do mesmo em Santa Maria, pois são responsáveis pela percentagem de lucros obtidos e pela viabilidade do setor.

Do total dos entrevistados, 76,30% buscam suas mercadorias diretamente nas fontes, enquanto que apenas 13,20% mandam buscar os produtos e outros 10,50% tem revendedores acertados. Dentre estes, verificou-se que os ambulantes que buscam seus produtos possuem maiores lucros, pois eliminam uma série de intermediários que acabam por elevar o custo final dos produtos, diminuindo as percentagens de lucro.

Por outro lado, a influência das tarifas sobre o custo final das mercadorias transacionadas pelos ambulantes é muito pequena. Os impostos resumem-se a um alvará de licença concedido pela Prefeitura Municipal, o qual dá ao ambulante o direito de exercer suas atividades.

Além destes empecilhos os ambulantes sofrem também a influência da relação custo x distância, uma vez que a quantidade de recursos dispensados são maiores para adquirir produtos em locais mais distantes, reduzindo os lucros do setor.

Mesmo considerando esses fatores, observa-se que os lucros obtidos pela atividade em Santa Maria são satisfatórios. Observou-se, de acordo com os rendimentos dos ambulantes e com as dificuldades de obtenção dos produtos e o nível de vida, que os mesmos, agrupam-se em três categorias distintas:

- A primeira compreende os camelôs que conseguem, em suas relações de mercado lucros inferiores a três salários mínimos (25,00%). Estes ambulantes são os dotados de menores recursos e além de depender de terceiros para a aquisição das mercadorias, não conseguem colocar um número satisfatório de produtos para serem consumidos, comercializando mercadorias tradicionais (cuias, artesanato, etc.) e utilizando-se de força de trabalho familiar. Para esses ambulantes a atividade é pouco viável, pois os mesmos reclamam de uma submarginalidade, já que por não movimentar um número elevado de recursos são deixados de lado pelos seus companheiros.

Observou-se que estes trabalhadores são desfavoráveis ao funcionamento de sua associação (ACASM), pois a mesma no intuito de uma moralização da atividade (redução de horários, melhoria da estética das bancas, etc.) inviabiliza seu trabalho, diminuindo suas chances de competitividade.

- A segunda é constituída pelos que ganham de três a nove salários mínimos. Esta faixa compreende uma população com melhor nível de vida, melhores recursos que moram em bairros de classe média-baixa, constituindo cerca de 44,50% do total de trabalhadores ambulantes.

- A última é composto pelos ambulantes incluídos em um setor **moderno** dentro do próprio subemprego. Estes têm a atividade como uma profissão altamente lucrativa, sendo que os mesmos utilizam, além da força de trabalho familiar, um bom número de empregados e, em alguns casos, possuem bancas em outras cidades gaúchas, principalmente, junto às praias. Esta faixa ocupa 19,44% dos entrevistados, que residem

junto a área central da cidade ou em zonas nobres e que tem melhores chances de transformar suas atividades em investimentos capitalistas regulares e competitivos.

#### 4 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O COMÉRCIO AMBULANTE EM SANTA MARIA

O Comércio Ambulante no centro urbano de Santa Maria vem sofrendo, nos últimos anos, importantes modificações estruturais no que se refere aos locais de sua prática e ao número de população envolvida com a atividade. A rápida disseminação dos camelôs pelo centro da cidade e o conhecimento da problemática que a mesma gera em setores como o trânsito (motorizado ou pedestre) e a estética da cidade, levaram a Prefeitura Municipal a adotar medidas no sentido de **solucionar** Comércio Ambulante como **problema estético-urbano**

Para implementar estes objetivos houve a transferência dos ambulantes para um local especificamente destinado à atividade, o **Camelódromo**. Conforme a Figura 2, esta transferência ocorreu principalmente das Ruas do Acampamento, Rio Branco (em frente a Catedral), Riachuelo e Av. Nossa Senhora das Dores para o canteiro central da Av. Rio Branco, junto à via que desce no sentido oeste e que segundo a Prefeitura movimenta menor número de fluxos, resultando em pouca influência no trânsito da cidade.

A centralização da atividade provocou entre os ambulantes da cidade uma grande polêmica, gerando para os mesmos um clima de intranquilidade e de incertezas com relação ao rumo da atividade no Município.

Questionados a respeito das mudanças, os ambulantes, após a transferência, são unânimes em afirmar que a mesma trouxe melhorias na infra-estrutura das bancas. Entretanto, no que se refere ao número de vendas, as opiniões variam de acordo com o posicionamento dos antigos pontos comerciais, os que se localizavam em ruas mais movimentadas tiveram uma baixa nas vendas, enquanto os ambulantes que se encontravam estabelecidas nas ruas menos movimentadas sentiram efeitos contrários.

#### 4.1 - Principais Dificuldades Encontradas pelos Ambulantes

Mesmo com a situação regularizada perante a Prefeitura Municipal, o Comércio Ambulante de Santa Maria ainda encontra inúmeros obstáculos no desenvolvimento de suas atividades e em sua sobrevivência.

Quando nos referimos as principais dificuldades encontradas pela atividade na cidade, 39,6% dos ambulantes afirmam que, mesmo com a construção do Camelódromo, a falta de infra-estrutura continua sendo o principal problema para o melhor desenvolvimento deste tipo de comércio. As bancas construídas pela Prefeitura são pequenas e a cobertura não impede a ação da chuva e da insolação sobre as mercadorias, provocando a deteriorização das mesmas. Além disso, a falta de segurança das instalações obriga os ambulantes a recolher suas mercadorias todos os dias, fato que se torna um grande empecilho para os moradores de bairros mais distantes.

Outro problema relacionado à infra-estrutura é a falta de banheiros e o problema da alimentação destas pessoas. Como a atividade situa-se distanciada dos banheiros públicos, este tipo de necessidade torna-se um transtorno para os ambulantes, tendo que se deslocar para os banheiros públicos da Praça Saldanha Marinho. Já o problema da alimentação dos ambulantes, na refeição do meio-dia, está ligado a falta de segurança das bancas, que não podem ser fechadas ao meio-dia obrigando boa parte dos ambulantes (27,78%), a trazer alimentos de suas casas ainda pela parte da manhã; outros 38,83% compram viandas e 33,33% alimentam-se em lanchonetes e restaurantes. Esta última parcela corresponde de modo geral a parcela dos ambulantes **mais abastada** que possui maior número de produtos a venda, movimentando maior número de capital e obtendo maiores lucros tendo, assim, condições de manter empregados para ajudar ou até assumir a venda nas bancas.

Os problemas encontrados pelos ambulantes com a alfândega, na busca das mercadorias no Paraguai, segundo os mesmos, atualmente, com a integração do Cone Sul, reduziram-se de forma significativa. Inúmeros produtos foram liberados e o

principal problema resume-se a **cota de importação**,<sup>3</sup> ainda não liberada pelo Governo brasileiro.

As discriminações apresentadas pelos ambulantes como uma das dificuldades para o desempenho da atividade, manifestam-se como forma clara de marginalização do circuito inferior na Cidade que são exercidas pela classe comercial e industrial. Ao notar o crescimento das influências do Comércio Ambulante e vendo que esta estava roubando uma fatia do mercado local, estas classes buscaram barrar o desenvolvimento do mesmo, pressionando cada vez mais as atividades tradicionais do circuito inferior.

#### 4.2 - O Pensamento do Circuito Superior de Santa Maria e o Tratamento Político dado ao Comércio Ambulante

Embora a atividade desenvolvida pelos camelôs constitua-se, em fonte de sobrevivência para os mesmos, os lojistas e industriais de Santa Maria não concordam com as atuais condições de funcionamento do Comércio Ambulante.

A principal preocupação dos lojistas está relacionada com o Comércio Ambulante mais desenvolvido, que comercializa produtos eletrônicos, roubando uma parcela significativa do mercado. Além disso, os lojistas afirmam que a variedade dos produtos transacionados é muito maior do que as bancas oferecem, comercializando produtos que atingem valores superiores a cota permitida pela Receita Federal. Deste modo, a visão do empresariado é unanimemente contrária ao funcionamento do Comércio Ambulante. Dentre os principais motivos indicados pela categoria como fatores para a não aceitação dos camelôs, destaca-se a concorrência desleal com os produtos estabelecidos. O comércio de Santa Maria encara a isenção de impostos e a liberdade de horários para o funcionamento da atividade como causas da deslealdade na concorrência com suas atividades, pois os ambulantes têm maiores lucros, podendo oferecer produtos mais baratos, além de desempenhar a atividade por mais

<sup>3</sup> A cota de importação no período da pesquisa era de CR\$ 240,00

tempo. Do mesmo modo, para os lojistas o efeito dos impostos impede a oferta de produtos e preços mais acessíveis e, com isso, o setor perde grande parte de sua clientela.

Por outro lado, a crise econômica, apontada pelos ambulantes como fator de redução nas vendas, é vista pelo comércio como o maior fator de desvantagem para sua classe. Os comerciantes afirmam que os ambulantes são os que levam maiores vantagens, pois a crise, faz com que os consumidores comprem produtos mais baratos, embora sendo de menor qualidade, como é o caso dos produtos vendidos pelos camelôs.

É importante salientar que os desentendimentos quanto ao funcionamento do Comércio Ambulante não atingem somente o circuito superior. O próprio circuito inferior **moderno** são prejudicados de forma violenta, pois comerciantes deste circuito não movimentam o mesmo número de capitais que os do circuito superior, tendo menores condições de competitividade.

Para verificar como é o tratamento dado pelo Poder Público Municipal ao problema buscou-se algumas respostas junto à Secretaria de Indústria Comércio e Turismo. Segundo este órgão, os impostos pagos pela atividade, resumem-se a uma taxa anual correspondente ao Alvará de Licença, constituído-se em valores irrisórios<sup>4</sup>. Estes impostos, segundo a Secretaria, são de pequeno valor, uma vez que "... a Prefeitura tem consciência das dificuldades enfrentadas pela atividade no Município".

No entanto, esta tendência não se manifesta quando a Prefeitura expressa seus planos para o futuro da atividade na Cidade. Estes baseiam-se nos objetivos de manter o atual quadro de ambulantes, não fornecendo mais licenças a fim de erradicar o problema, além de fornecer incentivos para os que atuam no setor.

Ao aplicar esta política, a Prefeitura beneficia os ambulantes com situação regularizada, mas desconsidera os que estão ligados ao setor que não possuem licenças, trabalhando ilegalmente e com poucos recursos. Estes obrigam-se a espalhar-se

<sup>4</sup> Segundo a Secretaria de Indústria Comércio e Turismo da Prefeitura Municipal de Santa Maria, o valor do alvará de Licença para o ano de 1992 é de CR\$ 18.194,60

pelos ruas da cidade, mudando seu ponto de venda diariamente, ou até várias vezes durante o dia.

Os empregados das bancas instaladas no camelódromo que, conforme foi constatado, objetivam abrir uma banca própria, atuando atualmente na atividade para acumular recursos para esta aquisição, foram também prejudicados com a nova política. No momento, a única saída possível é a **compra da banca**, ou seja, constatou-se que, atualmente, existem ambulantes que estão deixando a cidade ou mudando de atividade vendendo seu ponto para um empregado, ou mesmo outro colega, embora que legalmente continue como dono.

Referindo-se aos incentivos fornecidos pela Prefeitura, a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo destaca que além da construção do camelódromo, com capital público a mesma pretende fornecer infra-estrutura para as bancas e incentivar a mudança de atividade. O objetivo é que os camelôs deixem a informalidade, e dediquem-se ao mercado formal, fundando uma micro-empresa e afirmando-se profissionalmente. Entretanto, esta transição é, segundo SANTOS (1979:172), muito difícil, pois "em certos casos, sobretudo quando a demanda é flutuante, a transformação de uma empresa familiar em empresa capitalista acarretaria sua falência".

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência de inúmeras práticas, que possibilitam a sobrevivência de um grande número de pessoas, embora sem perspectiva de ascensão social, é resultado de uma rápida ampliação do circuito inferior da economia urbana e do aumento de suas relações.

A ampliação do circuito inferior e as relações por ele assumidas geram uma tendência à ascensão cada vez maior de suas atividades, além da expansão de seus ramos de influência. Para conter esta expansão, quando uma atividade ou forma de emprego do circuito inferior o prejudica ou interfere em sua abrangência o circuito superior age de modo a erradicá-la, ou ao menos reduzir sua dimensão.

Com base no desenvolvimento da atividade do Comércio Ambulante em Santa Maria, pôde-se comprovar a tendência para o domínio do circuito superior, que está estampada na dinâmica econômica e social do Município.

Por ocupar um espaço até anos atrás, intersticial, pelo qual os setores não se interessaram e aproveitando-se das condições favoráveis no local, o Comércio Ambulante ganhou importância e desenvolveu-se como uma boa fonte de recursos, comparado com as demais atividades terciárias desempenhadas por pessoas com semelhante nível de qualificação. Vendo a ampliação do fenômeno como uma ameaça para as atividades estabelecidas, o circuito superior local passa a pressionar os órgãos públicos que, na prerrogativa de erradicar o problema social, atua no sentido de defender os inúmeros interesses de quem lhes fornece maiores arrecadações. A limitação atual do número de ambulantes, o receio dos mesmos em serem assediados para as entrevistas e a construção do Camelódromo são reflexos desta política.

Pressionados, os camelôs buscam articular-se para reivindicarem mais que sua sobrevivência, mas sua fixação ao comércio regular local. Através da organização de sua classe sob forma de associação (ACASM) conseguem, somente, manter algumas condições de trabalho, com a promessa de incentivos para a transformação de sua atividade em uma micro-empresa. Isto, no entanto, é de difícil realização, pois a transição deste tipo de informalidade, que na maior parte dos casos é arcaica e familiar, para o capitalismo é difícil e quase sempre significa a falência deste tipo de atividade, (SANTOS, 1979:172).

Deve-se, entretanto, salientar que o Comércio Ambulante em Santa Maria, embora encontre dificuldades para sua sobrevivência, não é reduto do analfabetismo. Na cidade, mais de 39,00% dos ambulantes cursam ou já concluíram o segundo grau, constituindo uma parte do setor culturalmente evoluído e com melhor potencial de trabalho.

A presença de uma parcela de camelôs melhor remunerados é resultado, além da taxa de alfabetização, da dedicação ao setor e das vantagens obtidas com a comercialização de seus produtos, principalmente, em períodos em que há um maior

controle monetário no país. Estas vantagens permitem que, mesmo enfrentando grande número de adversidades, uma significativa parcela de ambulantes consegue manter suas atividades, conquistando o público consumidor e obtendo condições para a expansão da prática em outras cidades gaúchas.

Se dentro deste subemprego há um setor evoluído e melhor organizado, sua contradição também está presente, muitos ambulantes não conseguem obter êxito em sua **profissão** limitando-se, apenas a manter seu capital. Quando não sofrem descapitalização nas relações de mercado, o resultado é o empobrecimento cada vez maior destes ambulantes, que se tornam mais susceptíveis ao processo de periferização na cidade.

Deste modo, temos para o Comércio Ambulante uma variabilidade de casos onde pode estar colocado em várias dimensões no circuito inferior, atuando desde o setor mais arcaico até em atividades modernas e que se correlacionam com atividades do circuito superior. Esta dinâmica e a inegável importância deste setor em Santa Maria, fazem com que os ambulantes e a Prefeitura busquem algumas soluções para esta atividade.

Nesta perspectiva, temos por parte da Prefeitura, o fornecimento de infra-estrutura básica e a promessa de um futuro apoio econômico. Já os ambulantes, aspiram outro tipo de tratamento, oferecendo para tal um número variado de sugestões que resultaria em um melhor desempenho de sua atividade. Estas consistem em:

- Melhorias de infra-estrutura: embora as atuais bancas tenham proporcionado melhores condições para os ambulantes, principalmente os dotados de menos recursos, que buscam junto a Prefeitura Municipal condições para fechar as bancas pela parte da noite e ao meio-dia. Além disso querem melhores abrigos contra os intempérios do clima, a construção de banheiros públicos, etc.; Liberação da **cota de Importações**: ato que facilitaria suas relações de compra e venda, tornando possível o oferecimento de maior variedade de mercadorias, além de vir de encontro à política de integração do MERCOSUL;

- Propaganda: vista por alguns ambulantes como uma solução prática e ao alcance dos mesmos para a melhoria de suas vendas;

- Construção de outro camelódromo: isto, segundo os camelôs, viria a ampliar as chances de comercialização e atingiria um número cada vez maior de consumidores.

Embora muitas dessas sugestões sejam de difícil atendimento e, muitas vezes, fujam à alçada das administrações locais, é importante considerar a validade das mesmas. A análise destas aspirações, sua possibilidade de concretização e o estímulo ao surgimento de novas idéias pode, ao concretizar-se, tornar-se a chave para a amenização deste problema social, ao menos na esfera local.

#### 6 - BIBLIOGRAFIA

BELÉM, J. **História do Município de Santa Maria: 1797 - 1933**. Santa Maria, UFSM, 1989, 277p.

BELTRÃO, R. **Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho: 1787 - 1930**. Canoas, Tipografia e Editora La Salle, Ed. 2a., 1979. 555p.

CACCIAMALI, M. C. **Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção**. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas - USP, 1983. 146p.

CANO, W. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil - 1930 à 1970**. São Paulo, Campinas, Global Editora, 1985. 369p.

CENTRO DE APOIO À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DO RIO GRANDE DO SUL. **Perfil Industrial do Município de Santa Maria**. Porto Alegre, CEAG-RS/IDERGS, Jul, 1988. 120p.

DIAS, Z.A.V., et al. **A Situação Funcional da Cidade de Santa Maria: Uma Aplicação da Teoria das Localidades Centrais**. Santa Maria, UFSM/CCNE, 1990. 42p. (Mimeografado)

DAVIDOVICH, F. **Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios**. São Paulo, NERU, **Espaço e Debates**, No.13, 1984. p.12-29.

FARIA, V. E. **Cinquenta anos de urbanização no Brasil**. Rio de Janeiro, CEBRAP/NEPA, Set., 1988. 65p. (datilografado)

FERNANDES, A. F. **Estudo sobre o desenvolvimento do Município de Santa Maria**. Santa Maria, CCSH/UFSM, 1987. 29p.. (datilografado)

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **25 anos de economia gaúcha a análise do setor terciário no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, FEE, V.5, tomo 1, jan, 1979. 96p.

\_\_\_\_\_. **A Economia Gaúcha e os Anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre, FEE, tomo 3, 1990, 522-718 p..

\_\_\_\_\_. **Desvendando a Espuma: reflexões sobre a crise, regulação e capitalismo brasileiro**. Porto Alegre, Série 15 anos da FEE, V.3, 2a. Ed., 1990. p. 247.

\_\_\_\_\_. **O Rio Grande do Sul Urbano**. Porto Alegre, FEE, 1990. 262p.

LIPIETZ, A. **O Terciário, Arborescência da Acumulação Capitalista: proliferação e polarização**. São Paulo, AGB, **Seleção de Textos**, no. 16, jun., 1986. p. 1-32.

OHLWEILER, O. A. **Evolução Sócio-econômica do Brasil**. São Paulo, Editora Ortiz, 2a. ed, 1990. 209p..

PEREIRA, J. C. **Formação industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo, Hucitec, 1984. 230 p.

SANTOS, M. C. **O Comércio Ambulante no Centro de Aracaju: uma contribuição**. Aracaju, Sergipe, 1989. 69p. (Trabalho de Graduação)

SANTOS, M. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo, Hucitec, 1981. 203p.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes, Ed. 2a., 1982. 125p.

\_\_\_\_\_. **Economia Espacial - críticas e alternativas**. São Paulo, Hucitec, Coleção Economia & Planejamento, 1979. 167p.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Dividido**. São Paulo, Livraria Francisco Alves Editora, 1979. 346p.

SERRA, G. **Expansão e Centralismo Autoritário**. São Paulo, Nobel, 1991. 172p.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 7a. Ed., 1986. 114p.

SOUZA, M. A. de. **Governo Urbano**. São Paulo, Nobel, 1988. 84p.

ZILLMER, R. J. **A pequena produção horti-fruti-floricultura na periferia urbana de Santa Maria - RS**. Santa Maria, UFSM, 1991. 155p.

**RESUMO: CARACTERIZAÇÃO DO SETOR INFORMAL DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA: O COMÉRCIO AMBULANTE.**

Devido as dimensões assumidas pela forma de subemprego, denominada Comércio Ambulante, desenvolveu-se o estudo visando analisar a atuação dessa atividade informal no centro urbano de Santa Maria e relacioná-la com o papel desempenhado junto aos circuitos da economia, (SANTOS, 1979). Através dessa análise priorizou-se identificar os locais de prática deste tipo de comércio, verificar a origem da população ambulante na cidade, analisar a dinâmica da atividade, seu funcionamento e estratégias utilizadas, relacionando-as com o posicionamento dos demais setores da sociedade local.

Palavras Chave: Subemprego; Comércio Ambulante; Planejamento Urbano.

**ABSTRACT: CHARACTERIZATION OF THE INFORMAL SECTOR OF SANTA MARIA CITY: THE "AMBULANT COMMERCE".**

Due to a large dimension reached by the under-employed called "ambulant commerce", a study was made aiming to analyse the actuation of this informal activity in Santa Maria center and its relations with his hole in the economic areas (SANTOS, 1979). With this work we prioritise to identify the places of this commerce, the origin of the population that works in it, the dinamic of the activity, its kind of work an the strategies used, reporting to the position of the other sectors of the local society.

Key Words: under-employed, ambulant commerce, urban planing